

24 NOV 1987

# Suicídio político do PMDB

Uma das mais importantes lideranças políticas governamentais faz a constatação de que no presente quadro político brasileiro só há uma candidatura posta e acabada para disputar com êxito as eleições presidenciais no próximo ano. Essa candidatura seria a do ex-governador Leonel Brizola. Na opinião da mesma personalidade, se o PMDB decidir pela efetivação em 88 da eleição direta para presidente da República estará marchando inelutavelmente para o suicídio político. Do mesmo destino eleitoral catastrófico, idêntico ao do PMDB, também não escapará o PFL, se ele pensa também em ser o beneficiário de um quadro político, econômico e social dos mais precários de toda a nossa história.

A personalidade em questão, que esteve envolvida diretamente em todas as negociações políticas da Constituinte, informa que sempre esteve aberta a um entendimento em torno do parlamentarismo, como solução para o impasse político em que se acha o País. Mas reconhece que no momento o Brasil não possui nenhuma condição para a implantação do parlamentarismo.

Conclui, no entanto, que se mantido o prazo de quatro anos para o mandato de Sarney, com eleições no próximo ano, o parlamentarismo estará definitivamente sepultado. Cita como exemplo o fato de que os governadores do PMDB falam já na elaboração de um programa de Governo, como meio para que o candidato do partido possa se apresentar diante do eleitorado. Ora, um programa de Governo, na forma e nas condições em que se pretende elaborar, pressupõe o

presidencialismo como sistema de Governo. O problema, no entanto, é que o PMDB não tem atualmente um nome em condições de empolgar o eleitorado. Os três nomes mais citados no PMDB como candidatos são os do deputado Ulysses Guimarães, do governador Orestes Quêrcia e do senador Mário Covas, cada um deles com suas próprias limitações. Covas e Quêrcia ainda não têm seus nomes popularizados nacionalmente. A figura de maior dimensão nacional do partido permanece sendo a do deputado Ulysses Guimarães, o qual, no entanto, sofre restrições, em virtude de sua avançada idade e do desgaste eleitoral que experimenta, em virtude das estreitas ligações que se faz na alma popular entre seu nome e o do atual Governo.

Quanto ao mandato de Sarney e ao sistema de Governo, a ser decidido pelo plenário da Constituinte, as lideranças governamentais são da opinião de que o presidente da República não deve interferir nessas questões, pois o resultado final acabaria sendo para ele contraproducente. Adverte-se ser necessário que os políticos, notadamente os do PMDB, façam suas análises e cheguem às suas próprias conclusões sobre o que é melhor para o partido e para eles próprios.

## Ulysses e Quêrcia

Político com posição de destaque no Congresso Nacional, que esteve em São Paulo no último fim de semana com o governador Orestes Quêrcia e o deputado Ulysses Guimarães, diz ter ouvido de ambos ser prematuro qualquer conclusão definitiva sobre candidaturas à sucessão presidencial, sem que haja uma manifestação final do plenário da Constituinte a

cerca da duração do mandato do presidente Sarney. Afinal de contas, a redução para quatro anos do mandato presidencial ocorreu na Comissão de Sistematização da Constituinte, que representa menos de um quarto dos integrantes da Assembléia.

## Contradições

O Senador cearense Virgílio Távora, do PDS, aponta as contradições inseridas no texto constitucional aprovado pela Comissão de Sistematização no que toca ao sistema de Governo parlamentarista a ser em breve adotado no País. O parlamentarismo, em termos nacionais, de acordo com o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização, entra em vigor a partir de 15 de março de 88. Dispõe ainda o texto constitucional que até o final de 90 o parlamentarismo será estendido aos Estados e municípios. Mas ao mesmo tempo ficou mantida a exigência das eleições para prefeito em 88 e de governador em 90.

## Duas grandes lideranças

O deputado pernambucano Ricardo Fiúza, um dos líderes do "Centrão", declara acreditar muito na possibilidade de um acordo em torno da reforma do regimento interno da Constituinte. Essa sua confiança deriva do reconhecimento de que há duas grandes lideranças políticas da maior competência, como Ulysses Guimarães e Marco Maciel. No caso de Maciel faz apenas uma observação:

— Ele pode pisar na bola, mas logo se levanta do chão e readquire o equilíbrio.

Mas o deputado Daso Coimbra, também do "Centrão", revela-se pessimista. Informa que Ulysses está manobrando para esvaziar a reunião da Constituinte, através da pressão política dos governadores.